

MOINHOS E MOLEIROS NO ALENTEJO ORIENTAL: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA

Luís Silva

Este artigo fala dos moinhos e dos moleiros do rio Guadiana (a sul da foz do Caia) e dos seus afluentes e subafluentes, sublinhando a importância das culturas cerealíferas na economia do Alentejo, fornecendo dados de natureza histórica e tipológica sobre os sistemas hidráulicos de moagem de cereais, identificando os seus proprietários e formas de exploração, bem como os fregueses, o modo como ocupavam o tempo, o labor do moleiro, os usos sociais das farinhas, o sistema de complementaridade decorrente da falta ou excesso de água e a profissão de moleiro.

Ainda que em anos recentes numa escala muito mais reduzida, a agricultura, juntamente com a pecuária, é, desde longa data, um dos pilares fundamentais da economia da região do Alentejo. Tradicionalmente, nesta como noutras regiões do Sul da Europa produz-se trigo, centeio, cevada, azeitona e bolota, e cria-se gado *vacum*, lanígero e suíno. “A importância relativa de cada uma destas actividades (...) tem (...) flutuado com o tempo, ainda que as principais oscilações se situem entre o domínio da criação de gado e a preponderância das culturas cerealíferas” (Cutileiro 1977: 31). Entre os últimos anos do século XIX e a década de 1960, estas foram claramente preponderantes, como mostra a ideia de que é no Alentejo que encontramos “o verdadeiro reino do cereal” (Vasconcelos 1980 II: 514). Essa posição de relevo está estreitamente associada à produção de trigo, cujo cultivo conheceu uma forte expansão no intervalo de tempo considerado acima, devido a um conjunto de factores políticos, económicos e tecnológicos (ver Cutileiro 1977: 31-45). A importância do trigo na economia da região, em boa medida similar à do centeio no Nordeste transmontano (O’Neill 1984: 63-64), está patente no facto de o tamanho das herdades ser então medido em moios de sementeira de trigo e não em hectares (Picão 1983: 16-17) e na circunstância de o dito ser frequentemente utilizado como moeda de troca e como meio de pagamento de serviços de vária ordem. Um dado adicional é que tal situação resulta da conjugação de dois factores, designadamente a centralidade do pão na dieta alimentar das populações e a conversão do trigo em cereal panificável de predilecção, ocorrida nos primórdios do século XX.

É neste contexto, marcado por uma economia de subsistência, de fraca circulação monetária, que se enquadra a actividade dos sistemas de moagem aqui em estudo, uma vez que era neles que tinha lugar a operação que permitia o consumo das culturas cerealíferas.¹

¹ Os dados etnográficos apresentados neste artigo foram recolhidos em diferentes momentos: em 1993-94, quando colaborei no projecto *Práticas, Representações e Cultura de Fronteira: Interrogação Antropológica a Sul do Caia* – financiado

Apontamentos históricos e tipológicos

Contemporânea da agricultura qualificada e da “domesticação” dos cereais iniciada no Neolítico, a moagem destes para fins de alimentação humana (e animal) é “um dos capítulos mais fascinantes da história das técnicas” (Borges 1981a: 37). Está fora do âmbito deste artigo falar de todos os sistemas de moagem de que há memória, pois só se abordam os que eram accionados pela água, que nos remetem para um estágio relativamente tardio da humanidade e do fenómeno moageiro (cf. Galhano 1978, Oliveira, Galhano e Pereira 1983, Escalera Reyes e Villegas Santaella 1983).

Quando se fala em moinhos hidráulicos de cereais, por ordem cronológica, deve falar-se em primeiro lugar nos moinhos de *rodízio*. Este moinho de roda horizontal – cuja data e local de invenção são incertos, dado ter sido noticiado quase simultaneamente em pontos tão distantes como a Grécia, o Próximo Oriente, o Norte da Dinamarca e a China, donde resulta o facto de também ser conhecido por *moinho grego* e/ou por *moinho nórdico* – foi pioneiramente referido num epigrama que se presume escrito no ano 85 a.C. por Antipatros de Salónica (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 69) ou Antifilo de Bizâncio (Bloch 1935: 808) e do qual Childe (1969: 275-76) apresenta a seguinte versão: “Molineras, no toquéis más el molino de mano, porque Demeter há pedido a las ninfas que realicen vuestro trabajo. Ellas corren en lo alto de una rueda y hacen girar su eje”.

A referência mais antiga que se conhece do moinho de roda vertical encontra-se numa obra escrita por Vitruvius por volta do ano 25 a.C. (Dias 1993:210). Dada a complexidade técnica acrescida deste engenho, não restam dúvidas de que o mesmo – também conhecido por *moinho romano* – representa o segundo tipo básico de moinho hidráulico, no seio do qual existem dois modelos: o de propulsão inferior e o de propulsão superior.²

Independentemente do sistema, a invenção dos moinhos de água significou um progresso de extraordinário alcance técnico, permitindo a libertação de uma massa volumosa de mão-de-obra que podia ser empregue

pela JNICT, acolhido pelo CEAS, desenvolvido pelo dr. Luís Martins e coordenado pelo prof. doutor Joaquim Pais de Brito –, biografando o Guadiana e os seus moinhos, entre outras coisas, através de prospecção directa, recolha de fotografias antigas e realização de entrevistas junto de antigos moleiros e *maquildões* nos concelhos de Elvas, Vila Viçosa, Alandroal, Reguengos, Portel, Moura, Mourão, Serpa, Vidigueira, Beja e Mértola; em 1996-97, quando efectuei a pesquisa de terreno que esteve na base da tese de mestrado realizada no ISCTE, financiada pela FCT (Silva 1999); em 2000, quando integrei a equipa da ERA – Arqueologia, Lda., que realizou o estudo dos moinhos inseridos na área do regolho da barragem do Alqueva e do açude de Pedrógão, financiado pela EDIA, SA. Parte dos dados aqui compilados constam do relatório final entregue à EDIA.

² Sobre a diferença entre estes dois modelos, ver Oliveira, Galhano e Pereira (1983), Dias (1993) e Borges (1981b). Dentre dos sistemas hidráulicos de propulsão inferior cabe falar dos *moinhos de barcas*, nos quais a roda de água – cuja parte inferior se introduz na corrente que a faz girar – é instalada em barcas. A notícia mais antiga que se conhece a seu respeito remonta ao século VI (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 72).

noutras actividades produtivas. Não obstante, dada a articulação estreita entre a tecnologia – elemento chave dentre os que integram as forças produtivas de determinado modo de produção – e as estruturas sociais e económicas dos grupos humanos, a implantação e a realização prática da moagem hidráulica só aconteceu centenas de anos depois, quando foram substituídos os pilares de sustentação das antigas civilizações mediterrânicas, cujo modo de produção assentava na utilização de mão-de-obra escrava como fonte de energia fundamental, o que ocorreu no final do período expansivo e conquistador do Império Romano, ou seja, nos séculos III ou IV da era cristã (cf. Escalera Reyes e Villegas Santaella 1983: 24).

Se todos os caminhos vão dar a Roma, todos os caminhos partem de Roma. Os moinhos tomaram-nos, tornando-se presentes em toda a Europa Ocidental. Mas, como nota Borges (1981b: 72), essa expansão não foi rápida, devido às “contingências catastróficas que se seguiram à desintegração do Império”. De todas as formas, entre os séculos III e XII multiplicam-se as referências à difusão dos moinhos de água por quase todas as regiões do continente europeu (ver Escalera Reyes e Villegas Santaella 1983: 28, Borges 1981b: 72). No que diz respeito à Península Ibérica, parece que foram introduzidos pelos romanos, não restando dúvidas quanto à sua utilização durante a ocupação correspondente (Dias 1993: 208, s/d.: 89). O facto de o Código Visigótico contemplar uma legislação sobre os moinhos hidráulicos – onde se regulamenta a construção de açudes e se sancionam os delitos cometidos para com os moinhos e as suas represas, bem assim como furtos de objectos que lhes pertençam – faz com que Gama Barros (1950: 30-31) admita que no século V eles já eram de uso vulgar na Península Ibérica. A existência do moinho de água em Portugal prova-se com indubitável segurança no século X, sendo muito abundantes os textos que, daí em diante, aludem a moinhos, *molinus*, *molendini aquae* ou *sesegas*. No *Guardiana*, a existência de moinhos remonta, pelo menos, ao século XIII, dado que são objecto de menção no Convénio de Limites assinado em Badajoz em 1267 entre Afonso X de Leão e Castela e seu neto, D. Dinis, futuro rei de Portugal (Torrado González 1999: 140). A par dos moinhos de roda horizontal, os referidos “textos” aludem às azenhas, termo que, para alguns autores, serve para designar os moinhos de água de roda vertical. Sampaio (1923) e Ribeiro (1945), por causa da derivação etimológica das palavras e pelo facto de no século X no Norte só conhecerem o moinho, quando a azenha já havia sido introduzida no Sul, são de opinião de que os moinhos que os romanos trouxeram para Portugal foram os de roda horizontal e de que as azenhas foram introduzidas pelos árabes. Dias (s/d.: 89-90) entende que esta tese é verosímil, mas impossível de comprovar. Oliveira, Galhano e Pereira (1983: 80) consideram que o argumento linguístico não é suficientemente forte para corroborar a hipótese segundo

a qual a generalização das azenhas em Portugal “teria tido lugar a partir do domínio árabe”, dado que “os Romanos conheceram bem e usaram, sobretudo, a roda vertical” e uma vez que a “documentação existente sobre moinhos de água não autoriza a sua repartição com maior incidência das azenhas no Sul do país”.

Os moinhos de roda vertical, apesar de necessitarem de um caudal maior de água para o seu funcionamento e de a sua instalação ser mais dispendiosa, têm sobre os de roda horizontal a vantagem de serem mais rentáveis: por um lado, a velocidade a que circula a mó *andadeira* é bastante superior; por outro, ao invés dos de roda horizontal, que trabalham à razão de uma roda por *aferido*, a roda vertical pode accionar mais do que um casal de mós (Dias 1993:213). Talvez por isso, por volta de 1600, o moinho de roda vertical substituiu os moinhos de *rodízio* em muitas das áreas onde ele existiu durante séculos, em especial na Europa Central (Jespersen 1953: 8). Em Portugal, por uma multiplicidade de factores naturais, sociais e económicos – a existência de inúmeros cursos de água com um acentuado desnível e sujeitos a cheias, assim como o facto de em muitas regiões do país os moinhos serem colectivos ou de proprietários que cediam aos seus vizinhos o direito de moer, mediante o pagamento de uma percentagem em farinha, nada favorecendo a introdução de melhoramentos mecânicos com vista ao aumento de produção –, inversamente à tendência realçada por Jespersen, os moinhos de *rodízio* não só subsistiram até muito recentemente, como eram em número bastante superior ao das azenhas. Na década de 1960, Dias (s/d.: 90) identificou cerca de 10 mil moinhos em actividade – 3 mil de vento e 7 mil de água, entre os quais 5 mil de *rodízio*. Tendo em conta as pesquisas levadas a cabo no Alentejo oriental, o número de moinhos hidráulicos de roda horizontal era aí bastante superior ao dos de roda vertical, que estavam confinados aos cursos de caudal reduzido que banham a área marginal ao dito alto Guadiana internacional, entre os quais as ribeiras de Varche, Vila Viçosa, Borba, Santiago Rio-de-Moinhos, Pardais e Bencatel. Os restantes cursos de água, entre eles o barranco de Quintos e os rios Caia, Guadiana, Degebe, Ardila e Brenhas, assim como as ribeiras de Lucefecit, Azevel, Alcarache, Godelin, Odearce, Enxoé, Cardeira e Oeiras, possuíam moinhos de roda horizontal. É preciso dizer que em muitos dos moinhos do Guadiana e em alguns dos seus principais afluentes, como o Ardila, a roda primitiva (o *rodízio de penas*) foi, no princípio do século XX, substituída por uma nova roda (o *rodete de cochas*), que permitia um período de laboração mais prolongado, pois podia trabalhar parcial ou inteiramente imerso (cf. Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 122). Como muitos destes cursos de água estavam sujeitos a bruscos e acentuados aumentos do volume e ímpeto dos seus caudais, os moinhos a que faço alusão estavam integrados em edifícios construídos de forma a não sofrer danos importantes na sua estrutura arquitectónica nas alturas em que

eram submersos.³ A circunstância de serem chamados *moinhos de submersão* decorre disso mesmo.

A par dos edifícios permanentes, existiam no Guadiana moinhos temporários, de laboração exclusivamente estival, um deles junto às Azenhas d'El Rei, no termo do Alandroal – que foi posteriormente tornado permanente através de uma cobertura de cimento –, outro junto ao Moinho dos Canais, no concelho de Mértola. Como notam Oliveira, Galhano e Pereira (1983):

Nestes casos, apenas as infraestruturas, com o aparelho interno aí situado [...] são estáveis e sólidos [...]; o piso de cima, onde se encontra a moenda, é uma casota ou barraco tosco de materiais leves e pobres, tabuado, gesta ou ramagens, cobertura de colmo, e por vezes estrados amovíveis, que se monta todos os anos no bom tempo, e que, quando chega a invernia, se remove, ou se abandona e se deixa perder, arrastado pelas cheias que poupam as mós e as infraestruturas (1983:111).

Proprietários e formas de exploração

Em razão dos custos inerentes à construção dos moinhos, em épocas anteriores a posse dos mesmos estava geralmente a cargo da coroa, da grande nobreza, do alto funcionalismo régio e das ordens militares e religiosas. Com o desaparecimento destas entidades, os moinhos da área em estudo passaram a constituir propriedades privadas individuais, muitas vezes detidas por lavradores, moleiros e *maquilões*.

Os testemunhos directos dos moleiros que neles trabalharam permitem conhecer a actividade e seguir de forma aproximada as vicissitudes sofridas pelos moinhos desde o princípio do século XX até aos nossos dias. Através deles, a história recente dos moinhos de água configura-se como um modelo resistencial ou de sobrevivência face à concorrência das grandes fábricas de moagem, que em Portugal surgiram em meados do século XIX, implantando-se cerca de cem anos depois.⁴ Os moinhos do Guadiana não só subsistiram até muito recentemente como ainda se construíram alguns exemplares nos últimos anos do primeiro quartel do século XX, nomeadamente o Moinho Novo (Reguengos) e o Moinho do Bolas (Alandroal). A actividade destes moinhos mantém-se com esplendor até à década de 1960, altura em que laboravam mais de trinta unidades, ou seja, cerca de um terço dos moinhos

³ Mello de Mattos (1899) descreve detalhadamente o moinho do Alvarinho, no rio Ardila, paradigma deste género de construção.

⁴ A difusão das fábricas de moagem em áreas marginalizadas do ponto de vista económico e social, como o interior do Alentejo, tardou a realizar-se, sobretudo nas povoações de menor dimensão. Os dados compilados no *Inquérito Industrial* (1881) são, neste ponto, elucidativos.

edificados a sul da confluência do Caia. Nos anos de 1980, ainda laboravam cinco moinhos – o da Abóbada (Alandroal), o de Miguéns (Alandroal), o dos Clérigos (Reguengos), o dos Moinhos Velhos (Serpa) e o dos Canais (Mértola) –, todos eles desactivados antes de 1990. O prolongamento da actividade dos moinhos foi conseguido pelos moleiros através do ensaísmo de novas formas económicas e/ou através da promoção de actividades anteriormente subsidiárias, como o cultivo de seara, a criação de animais e a pesca.

As modalidades de exploração dos ditos foram, nas últimas décadas, múltiplas e variáveis. Em alguns casos, os moinhos eram explorados pelos seus proprietários, umas vezes de forma directa, quando eram os próprios quem trabalhava no moinho, outras indirecta, quando o moinho era manuseado por um moleiro contratado a troco de uma jorna ou de uma percentagem das *maquias* apuradas, usualmente um quarto, e uma *amassadura* (montante variável de farinha de trigo, semanalmente vencido).⁵ Noutros, essa exploração era feita de modo repartido, “à sociedade”, entre os moleiros e os proprietários, que dividiam entre si os respectivos ganhos e despesas, sendo que o dono não trabalhava no moinho. Um outro sistema existente, embora pouco usual, consistia na cedência da exploração de um moinho a um moleiro a troco da farinhação gratuita das sementes do seu proprietário, ficando o moleiro com a totalidade das *maquias* pagas pela freguesia e suportando as despesas inerentes à contribuição industrial e à avença.⁶ O regime mais frequente era, no entanto, o arrendamento, que geralmente assumia a forma de um contrato apalavrado entre o proprietário e o rendeiro, que podia ser um moleiro, um *acarretador* ou um lavrador. Válido normalmente por um ano, passível de renovação, esse contrato implicava o pagamento de uma renda, muitas vezes fixa, em géneros ou em dinheiro, sendo correntemente celebrado no dia de Santa Maria, 15 de Agosto, pelo menos nos concelhos de Moura, Serpa e Vidigueira. Além do montante da renda, tais contratos normalmente estabeleciam a responsabilidade do rendeiro no pagamento das despesas inerentes ao funcionamento do moinho, incluindo os impostos, com a excepção da contribuição predial, paga pelo dono. O montante da renda variava em função do valor do objecto de arrendamento, que dependia de um conjunto de factores, entre os quais o curso de água em que o moinho se encontrava edificado, o número de *aferidos* de que dispunha, a distância em relação aos centros de consumo e os respectivos meios de acesso, a disponibilidade de terras aráveis e a presença ou ausência de um dispositivo de pesca chamado *caneiro* ou *pesqueira* – por

⁵ A jorna variava em função do facto de o moleiro estar contratado *a de comer* ou *a seco*.

⁶ A contribuição industrial era um imposto anual que incidia sobre a moagem propriamente dita e a avença correspondia a um imposto mensal, incidente sobre a actividade desenvolvida no moinho enquanto este laborava (Guita 1991: 53).

menorizadamente descrito por Abreu e Fernandes (1990: 208). Quando os arrendamentos eram efectuados por *maquilões* ou por lavradores havia lugar à contratação de moleiros. Esses moleiros eram normalmente arregimentados num sistema percentual, habitualmente ao quarto, embora existissem lavradores que empregassem moleiros a troco de *comedias* ou *cabanhas*, sobretudo quando os seus moinhos moíam apenas cereais “da casa”, o que chegou a suceder no Moinho do Gato (Reguengos) e nos das Azenhas da Canada (Sarpa) no Guadiana. Entretanto, os moleiros que trabalhavam por conta própria também se viam muitas vezes obrigados a contratar outros moleiros, nos moldes praticados no sistema de exploração indirecta, anteriormente abordado. Era nos moinhos do Guadiana que essa situação se tornava mais premente, dado que possuíam um maior número de *aferidos* e mais serviço, havendo moinhos que ocupavam permanentemente dois ou três moleiros, como o dos Clérigos (Reguengos), os da Barca (Moura), os das Azenhas do Vau de Beirão (Sarpa/Beja) e o do Vau de Dona Isabel (Beja). Nesses como nos restantes casos, o contrato de trabalho dos moleiros não era formalizado documentalmente, estabelecendo-se através de um acordo verbal entre as partes envolvidas, que incidia sobre o montante a auferir e que não determinava qualquer especificação temporal, exceptuando os casos em que se definiam termos sazonais, como ocorria quando se arregimentava um moleiro para fazer o Verão num moinho do Guadiana ou o Inverno num moinho de um dos seus afluentes.

Vivências e labores

Os moinhos, muitas vezes construídos em locais de rara beleza, têm o inconveniente do relativo isolamento e da distância face aos núcleos populacionais, se tivermos em conta a precariedade dos caminhos e dos meios de transporte. O transporte dos cereais para os moinhos era normalmente feito a dorso de burros ou em carros de tracção animal, havendo inclusivamente *acarretadores* ou *maquilões* que prestavam esse serviço a troco de uma *maquia*, que variava entre os 5 e os 10% do volume transportado.⁷

A freguesia dos moinhos era constituída por *maquilões*, seareiros e lavradores, cabendo aos primeiros e aos últimos uma maior assiduidade, não raramente diária, registando os restantes uma presença mensal ou superior, enquadrada no ciclo agrícola, pois as suas colheitas não cobriam as necessidades de consumo anual. O facto de estes fregueses

⁷ Os *maquilões*, moleiros e quaisquer outras pessoas que levassem cereais para os moinhos incluídos em zonas raianas eram obrigados a fazer-se acompanhar de uma “guia de transporte” emitida pela Guarda Fiscal, de modo a que o transportado não fosse considerado contrabando.

frequentarem um ou outro moinho dependia de um conjunto de factores, entre os quais a distância a percorrer e os meios de acesso, as relações de amizade e de parentesco que se tinham com os moleiros, o montante das *maquias*, a qualidade do serviço, a disponibilidade do moleiro e o atendimento:

A freguesia dos moinhos dependia dos concelhos onde eles estavam localizados. Havia uns acarretadores e fregueses que eram conhecidos, mas outros não. Eles, uns com os outros, “então, aonde é que vai?”, “olhe, vou ao moinho tal”, “eu também vou”. Iam lá, eu servia-os bem e eles voltavam; assim é que se arranjava a freguesia. A clientela dependia também da maneira como era servida. A gente quando não tinha vagar de apanhar os peixes, chegava a comprar e oferecia-lhes para eles comerem uma caldeirada enquanto se moíam os sacos (J.B., 81 anos, entrevistado em 1994 na Estrela – Moura).

Os fregueses esperavam até que a farinha estivesse feita (durante um ou mais dias) ou regressavam a casa e voltavam ao moinho dias depois para a levar. No caso dos *maquilões*, o processo era ligeiramente diferente, já que tinham uma carga assente no moinho, o que requeria uma presença quase diária, de maneira que a permuta entre semente e farinha era constante. Mas também havia quem, por necessidade premente de farinha, realizasse a troca no momento. Quem resolvia aguardar, entretinha-se em diversas actividades lúdicas, comiam queijo, enchidos, azeitonas, peixe frito e caldeiradas de peixe do rio, bebiam vinho e conviviam com os restantes fregueses. Os moinhos eram, aliás, espaços de convívio social de eleição, não sendo rara a circunstância de os fregueses se deslocarem em grupos de homens, “por mor da paródia”, dormindo ou na rua ou na casa do moinho ou, ainda, dentro deste, consoante a disponibilidade espacial e/ou as condições climatéricas:

Quando os fregueses lá iam, aquilo era uma festa: bebiam vinho, comiam peixe frito, andavam de paródia... era uma coisa bonita. Havia uns gajos que vinham além da Vidigueira a vender vinho aqui a Moura e depois dormiam ali no moinho da Barca [no Guadiana], já por causa dos peixes. A gente já sabia, apanhava os peixes e fazia a caldeirada. Era um festejo, essa noite (A.M., 71 anos, entrevistado em 2000 em Moura).

No Verão, os fregueses dos moinhos do Guadiana eram muitas vezes acompanhados pelas suas famílias, instalando-se à beira-rio, em *malhadas* construídas para o efeito ou debaixo de uma azinheira, durante períodos que podiam ascender a duas semanas. É de assinalar a analogia estabelecida pelos moleiros entre essas estadias e as presentes deslocações para praias, bem

como a alusão às qualidades terapêuticas que a água do Guadiana então possuía, aconselhada inclusivamente por médicos:

Nessa altura, até a malta daqui, agora é de praias e Lisboa e aqui e além, nessa altura era a Guadiana. Receitavam mesmo os médicos, os banhos na Guadiana, [porque] antigamente a água da Guadiana era muito boa. Dava para tudo, para as maleitas do fígado, do reumático, do escafeloso e isso tudo, e [as pessoas] ficavam ali nove dias, porque tinham que dar nove banhos, um por dia, logo de manhã cedo. Aquilo era uma povoação naquelas margens, era uma festa (D.A., 73 anos, entrevistado em 2000 na Amareleja).⁸

De acordo com os moleiros, os moinhos eram importantes locais de convergência, sendo usual o facto de neles ou nas suas imediações se encontrar gente, incluindo fregueses, lavadeiras, *mourais* (pastores), pescadores, ociosos, transeuntes e fiscais.

Uma vez no moinho, o cereal era identificado e contado, pelo moleiro, na presença dos fregueses, inicialmente em medidas, mais tarde a peso, contagem essa determinante para a definição das *maquias*, em semente, mas que eram executadas antes de os cereais serem objecto de qualquer preparo prévio à sua farinação. Antes de ser moído, o trigo era sujeito a um conjunto de operações de limpeza, começando pela lavagem, usualmente feita em *espartões* ou caixotes e destinada a extrair impurezas, sendo o conseqüente humedecer do grão considerado vantajoso na acção de moagem. A quantidade de água utilizada nessa operação dependia da qualidade do trigo, sendo que “o trigo rijo pode com mais água do que o trigo mole”. Depois de lavado e enxuto, o trigo era *joeirado* e *bandejado*, para se separar da terra, no primeiro caso, e das impurezas remanescentes, como as pedras, no segundo. A partir do momento em que a debulha deixou de ser feita “à pata de bestas” e as máquinas começaram a realizar esta tarefa, as operações de limpeza do trigo simplificaram-se. As chamadas *sementes brancas*, a aveia, o centeio e a cevada, e outras gramíneas, como o milho, tal como as leguminosas, o chicharro, a fava e o grão, não requeriam qualquer desses procedimentos, a não ser que tivessem pedras, circunstância em que eram *joeiradas*. Estas sementes eram habitualmente moídas em mós *ralas*, também conhecidas por *salgueiras* ou *barroqueiras*, embora em anos mais recentes se tivesse multiplicado em algumas zonas o uso de mós *francesas*. O trigo, além de ser moído na mó *rala* ou na *francesa*, era-o na mó *alva*, dependendo da qualidade da semente e da qualidade da farinha que o freguês pretendia. A ideia de que “a mó *alva* só servia para trigos bons”, rijos, reitera-o, o mesmo acontecendo

⁸ Esta hidroterapia também era administrada aos animais. A propósito das qualidades medicinais da água do Guadiana no passado, ver Henriques (1726).

com a indicação de que “fazia uma farinha mais branca e melhor”, usada no fabrico de pão qualitativamente superior e de bolos. O argumento de que “a mó *rala* faz a farinha mais trigueira” é susceptível de uma mesma asserção. Havia casos em que os moleiros, umas vezes de moto próprio, outras de acordo com as disposições dos fregueses, faziam lotações de trigo, compostas por uma percentagem de trigo rijo e outra de mole. As restantes sementes eram também moídas em separado ou em lotes, “traçadas”, dependendo da vontade do freguês. De acordo com a lei, todas as sementes moídas no moinho deveriam ser objecto de registo para determinar a respectiva contribuição industrial. Para tal, apesar de muitos moleiros serem analfabetos, caso em que requeriam esse serviço, todos os moinhos dispunham de um livro de registo, a cujas notações os moleiros frequentemente se furtavam, pelo ónus:

Os fiscais iam lá ao moinho mesmo, isso era muito rigoroso. A gente estava lá, tinha que ter um documento dos sacos que dizia “este saco é de fulano tal”, “este é de beltrano”, bom, conforme. Tínhamos que ter aqueles sacos todos apontados para que quando chegassem vissem; tinha que ter a escrita daquela semente toda feita, senão era o moinho lacrado. (E quem não sabia escrever?) Tinha que arranjar um escrevente, conforme havia. [...] Aqui em Brinches há dois ou três rapazes que estiveram num moinho assim (A.S., 71 anos, entrevistado em 2000 em Brinches – Serpa).

As *maquias* relativas à farinação oscilavam entre os 5 e os 10% do total de semente, sendo a sua qualidade uma variável a considerar, pois a moagem do trigo era a mais barata, devido às *fundas* ou aos aumentos resultantes da sua lavagem, que o moleiro reservava para si. O facto de alguns moleiros concederem aos fregueses um volume de farinha igual ao montante da semente que lhe fora entregue adquire sentido neste contexto, o que também ocorre com a ideia de que “a água é o ganho do moleiro”. O uso de unidades de peso na definição do montante dos cereais e das farinhas é um fenómeno relativamente recente, precedido pelo uso de unidades de medida, ou seja, o litro foi preterido pelo quilo.

Estas *maquias* eram posteriormente moídas, destinando-se as farinhas ao consumo do moleiro, da sua família e dos seus animais, sendo o excedente vendido no moinho ou nas povoações, quer em casas particulares, quer em depósitos, também conhecidos por *terreiros de farinha*, onde a farinha de trigo podia ainda tornar-se objecto de troca directa por semente, em regime de *maquia*, tal como era prática dos moinhos. Depois de peneiradas, as farinhas de trigo, embora também consumidas sob a forma de *papas* ou de *bolos* – os chamados *bolos da amassadura*, como as *tôrtas* e as *pupias* –, eram essencialmente utilizadas no fabrico de pão. Apesar de haver padeiras, mulheres cujo modo de vida era amassar e vender pão ao público, o fabrico deste

constituía um trabalho caseiro, semanalmente executado, que compreendia várias tarefas, nomeadamente a preparação do fermento, o amassado, a fermentação, a *tendedura* e a cozedura, todas elas de concurso feminino. Como este processo se encontra descrito noutros lugares (Borges 1986, Machado 1980), interessa notar que a cozedura do pão era feita ou nos fornos existentes na maioria dos montes de lavoura e de habitação ou nos chamados *fornos de poia*, presentes em quase todas as povoações. Estes fornos, também conhecidos por fornos de cozer à *maquia*, eram fornos particulares onde a população cozia o seu pão mediante o pagamento da designada *poia*.⁹ Esta prática constitui uma sobrevivência de um antigo costume representado pelo tributo que os moradores tinham que pagar aos senhores pela utilização dos seus estabelecimentos, na circunstância fornos de cozer, conhecido por direito banal (Graça Affreixo 1993: 113). O pão do dia ou de fabrico recente era preferencialmente comido *seco* e acompanhado de condutos, como queijo, azeitonas e chouriço. O pão com alguns dias de fabrico costumava comer-se *afogado*, sendo utilizado em comeres que levam pão migado às fatias ou em pedaços, como as *migas*, as *açordas*, os *gaspachos*, os *caldos* e as *sopas*. As farinhas derivadas das *sementes brancas* e das leguminosas destinavam-se ao consumo dos animais, incluindo os da lavoura.

As épocas de maior actividade nos moinhos coincidiam com as colheitas, particularmente nos meses de Maio, Junho e Julho, altura em que se verificava uma afluência muito considerável de pessoas aos moinhos do Guadiana, em virtude da inactividade dos moinhos situados nos seus cursos subsidiários, provocada pela falta de água. Essa afluência era de tal ordem que os donos e/ou os rendeiros dos moinhos se viam muitas vezes compelidos a incrementar o número de trabalhadores dos mesmos, recrutando-os nos que então se encontravam inactivos. Em consonância com o referido, era justamente no Verão que o raio de influência dos moinhos do Guadiana se alargava, atraindo fregueses de povoações a mais de 20 quilómetros de distância, especialmente *maquilões*. Entretanto, no Verão, embora ocasionalmente, também o Guadiana mantinha períodos de falta de água, o que obrigava os moleiros a *moer de presada* e inclusivamente a paralisar a actividade.¹⁰

⁹ O montante que correspondia à *poia* variava de região para região e inclusive no interior de um mesmo concelho. O pagamento de um pão de quilo por *amassadura*, normalmente de dez ou quinze quilos, era, no entanto, de uso habitual.

¹⁰ As Azenhas das Carochas, junto a Mértola, tinham a particularidade de poder laborar com o concurso da água das marés. Os moinhos de maré são moinhos de roda horizontal, que constituem uma categoria à parte dentro desse tipo geral. A energia que os acciona é a água que corre de uma represa, a *caldeira*, que se encheu com o subir da maré, e se vai esvaziando à medida que esta desce. Segundo Escalera Reyes e Villegas Santaella (1983: 70), em alguns casos, estes moinhos também podem ser de roda vertical. Tendo em conta que no século XV, no Tejo, existiram moinhos de barcas accionados pela água das marés (Viterbo 1896: 198), é de crer que aqueles autores tenham razão, embora não seja possível comprová-lo.

A instalação de motores a gasóleo feita em anos mais recentes em alguns moinhos, como o dos Clérigos (Reguengos), os do Caneiro (Moura/Portel), os dos Doutores (Beja) e os das Azenhas de Fagundes (Beja), decorre dessa realidade.¹¹ No Inverno invertia-se a situação, pois estando os moinhos do Guadiana paralisados pelo excesso de água, ficando muitas vezes submersos durante três ou mais meses, a moagem era realizada preferencialmente nos moinhos localizados nos seus afluentes e subafluentes. A ocorrer um incremento de caudal nestes cursos, o que costumava acontecer nos mais importantes, como o Ardila, o Degebe e as ribeiras de Azevel, Lucefecit, Godelin e Alcarrache, seria temporário, como mostra a ideia de que “as cheias do rio Degebe eram como a fervura do leite”.¹² Havia pois um sistema de complementaridade entre os moinhos do Guadiana e os dos seus cursos subsidiários, que permitia produzir farinhas praticamente ao longo de todo o ano. Em muitos casos, havia proprietários que possuíam um moinho no Guadiana e um outro num dos seus afluentes, em áreas relativamente próximas. O Moinho do Porto (Elvas), no Guadiana, e o da Azenha de Buscavides (Elvas), na ribeira de Varche, e o do Moinho do Rodete (Alandroal), no Guadiana, e a Azenha da Rocha (Vila Viçosa), na ribeira de Pardais, estiveram nessas condições, o mesmo acontecendo com os casos constantes do quadro 1. Quando eram arrendados, salvo raras exceções, o contrato incidia sobre ambas as unidades de moagem. Como a existência das referidas propriedades conjuntas nem sempre se verificava, os moleiros que possuíam moinhos no Guadiana e os que os arrendavam costumavam proceder ao arrendamento de moinhos nos seus afluentes, a fim de laborar no Inverno. É disso exemplo o arrendamento do Moinho do Inchado (Alandroal), na ribeira de Lucefecit, pelo moleiro que a dada altura possuiu os Moinhos Novos de Cima (Alandroal), no Guadiana, o mesmo ocorrendo com o arrendar do Moinho do Mosteiro (Mértola), na ribeira de Terges, pelo moleiro que explorava o Moinho do Escalda (Mértola) no Guadiana. Mas também se verificava a situação inversa, como decorre do arrendamento dos Moinhos da Barca (Moura), no Guadiana, pelo moleiro que era proprietário do Moinho do Pé Garrido (Moura), no rio Brenhas, bem como do do Moinho Novo (Reguen-

¹¹ Para não permanecerem inativos durante as invernações, alguns desses motores, adaptados a um casal de mós, foram reinstalados junto à casa do moleiro, como sucedeu com os Moinhos do Caneiro (Moura/Portel) e de Fagundes (Beja). Os moinhos das Azenhas d’El Rei (Alandroal) e os de Mendonça (Mourão/Reguengos) no Guadiana possuíam também um desses motores junto à casa do moleiro. Esses motores foram igualmente instalados em alguns dos moinhos dos afluentes do Guadiana, caso do Moinho de Porto Mourão (Moura) no Ardila, do Moinho de Santo António (Moura) no Brenhas e do Moinho da Solitária (Serpa) no Enxoé, entre outros.

¹² Para além dos sacos de semente e de farinha, se havia tempo para tal, quando vinha uma cheia, tudo quanto estava dentro do moinho, à excepção das mós, era retirado do seu interior e colocado num local abrigado. Quando desciam as águas, o interior do moinho era lavado, inclusive as mós. As cheias que apanhavam os moleiros de surpresa ocorriam fundamentalmente no Verão, por ocasião das trovoadas.

gos), no Guadiana, pelo dono do Moinho do Poio (Portel), no Degebe. Entretanto, havia moleiros que trabalhavam por conta própria apenas num moinho, deslocando-se nas épocas de falta ou excesso de água para um outro em que houvesse condições para trabalhar como assalariados, o que é exemplificado pela ida do moleiro que explorava o Moinho do Catacúz (Reguengos), no Azevel, para os Moinhos de Mendonça (Mourão/Reguengos), no Guadiana. Este sistema de complementaridade gerava uma extrema mobilidade sazonal, especialmente entre os moleiros que neles laboravam.

Nome do moinho	Curso de água	Nome do moinho	Curso de água
Azenhas d'El Rei	rio Guadiana	Moinho do Bufo	ribeira de Lucefecit
Moinhos Novos de Cima	rio Guadiana	Moinho do Roncanito	ribeira de Lucefecit
Moinho da Moinhola	rio Guadiana	Moinho do Inchado	ribeira de Lucefecit
Moinho do Miguéns	rio Guadiana	Moinho do Azinhal	ribeira de Azevel
Moinho da Volta	rio Guadiana	Moinho do Major	ribeira de Azevel
Moinho de Calvinos	rio Guadiana	Moinho das Piteiras	ribeira de Azevel
Moinho do Gato	rio Guadiana	M ^o do Coronheiro de Baixo	ribeira de Azevel
Moinhos de Mendonça	rio Guadiana	Moinho do Torjão	rio Degebe
Moinho do Pisão	rio Guadiana	Moinho da Abóboda	rio Degebe
Moinho Novo	rio Guadiana	Moinho do Poio	rio Degebe
Moinho de Catalão	rio Guadiana	Moinho da Vargem	rio Brenhas
Azenha da Rocha	rio Guadiana	Moinho de Selmes	ribeira de Odearce
Azenhas dos Almoxerifes	rio Guadiana	Moinho do Demo	ribeira de Odearce
Azenha do Correia	rio Guadiana	Moinho da Fonte Santa	ribeira de Odearce
Azenha da Aldeia	rio Guadiana	Moinho do Pisanito	barranco da Amoreira
Azenhas do Laço	rio Guadiana	Moinho do Laço	ribeira de Enxoé
Moinhos da Canada	rio Guadiana	Moinho dos Marianos	ribeira de Enxoé
Azenhas do Vau de Beirão	rio Guadiana	Moinho do Vale de Figueiras	ribeira de Enxoé
Azenha do Ferobo	rio Guadiana	Moinho do Cubo	ribeira de Enxoé
Azenhas da Barca	rio Guadiana	Moinho da Solitária	ribeira de Enxoé
Azenhas dos Machados	rio Guadiana	Moinho do Painço	ribeira de Cardeira
Azenha da Ordem	rio Guadiana	Moinho da Carocha	ribeira de Enxoé
Azenha da Misericórdia	rio Guadiana	Moinho de Canilhas	ribeira de Enxoé
Azenha dos Bugalhos	rio Guadiana	Moinho da Abóboda	ribeira de Enxoé

Quadro 1 – Moinhos de diferentes cursos de água que pertenciam ao mesmo proprietário.

A profissão de moleiro

Segundo Escalera Reyes e Villegas Santaella (1983:149-166), o ofício de moleiro enquanto actividade artesanal especializada surgiu com o apogeu das cidades gregas, aproximadamente no século V a.C., desenvolvendo-se na época helenística. Os primeiros moleiros eram escravos libertos ou homens de procedência humilde que também efectuavam a panificação. Esta situação só se alterou a partir do século X, quando a moagem e a panificação se diferenciaram quanto aos seus produtores. O ofício de moleiro teria, então, adquirido os moldes que o caracterizaram até ao seu desaparecimento, em pleno século XX, exceptuando algumas variações quanto ao estatuto social e ao grau de especialização e dedicação ao ofício nos diversos contextos espaciais e temporais. O moleiro-tipo, de que falam os autores, era um profissional especializado que tinha uma grande importância na vida e na economia das sociedades tradicionais rurais e urbanas, apesar de existirem algumas considerações sociais de valor negativo em relação ao seu ofício, cuja relevância se manteve acentuada enquanto os moinhos foram o meio preferencial de produção da farinha necessária ao fabrico do pão, que então era a base da dieta alimentar das referidas sociedades.

Os moleiros aqui em apreciação enquadram-se no modelo referido acima, enquanto artesões especializados e elementos fulcrais no seio das respectivas sociedades. O entendimento da sua posição socioeconómica carece, entretanto, de uma abordagem diacrónica e sincrónica. Em termos diacrónicos, essa posição era mais relevante quando os moinhos eram o meio preferencial de produção de farinhas, o que se foi esbatendo à medida que as fábricas adquiriram preponderância.¹³ No plano sincrónico, é preciso dizer-se que a riqueza gerada pelos moinhos variava muito em função de diversos factores, entre os quais o tempo de laboração ao longo do ano (em directa razão com os caudais de água), o número de casais de mós disponíveis, a distância e os meios de acesso em relação aos centros de consumo. Por outro lado, os moleiros por conta própria tinham normalmente ganhos e prestígio superiores aos que trabalhavam por conta de outrem. Além disso, como os dos primeiros, os rendimentos dos últimos variavam de caso para caso, em virtude da oscilação das jornas e dos montantes relativos às percentagens das *maquias*, o que produzia uma forte mobilidade laboral. No geral, porém, os moleiros detinham uma posição socioeconómica de relevo, sobretudo em relação aos trabalhadores rurais e aos outros artífices, devido à importância e à rentabilidade do seu ofício, bem como às actividades subsidiárias do

¹³ A importância dos moleiros na altura em que detinham o exclusivo da produção de farinhas em Portugal reflecte-se nos privilégios de que gozavam à época da monarquia (ver Lima 1948).

moinho normalmente desenvolvidas pela generalidade dos moleiros, quer para consumo familiar quer para venda: o cultivo de searas, a produção agropecuária, a horticultura, a exploração de olivais, o carregamento de sementes e de farinhas à *maquia* e a pesca. Note-se que a pesca era uma actividade exercida pela generalidade dos moleiros, praticamente ao longo de todo o ano, fazendo-o essencialmente para o consumo da casa e dos fregueses, a quem era corrente oferecer uma caldeirada; a prática da pesca implicava recorrentemente o uso de barcos, existentes na totalidade dos moinhos, que também serviam para transportar sacos de semente e de farinha entre estes e as margens do rio, podendo ser ainda utilizados no transporte de pessoas, bens e animais de pequeno porte.¹⁴

Essa posição de relevo repercute-se na valoração positiva que os membros das comunidades do Alentejo tendem a conferir ao ofício de moleiro e aos seus praticantes, imputando-lhes um desafogo económico invejável, como expõe a difundida ideia de que “os moleiros eram todos ricos”, que também se encontra noutros contextos ibéricos (Oliveira, Galhano e Pereira 1983: 484, Escalera Reyes e Villegas Santaella 1983: 164). Mas esse desafogo é recorrentemente associado a actos fraudulentos, especialmente na cobrança das *maquias*, o que devia ser prática corrente, a julgar pela quantidade de posturas municipais a elas respeitantes. De salientar é o facto de a desonestidade surgir integrada na imagem dos moleiros noutras áreas de Portugal e de Espanha (Escalera Reyes e Villegas Santaella 1983: 164, Dias 1942, Galhano 1978: 129, Guita 1991: 70-71, Lima 1948, Vasconcelos 1983 VI: 33-34), sendo inclusivamente admitida por alguns dos moleiros, que a justificam declarando que era a única forma de acumularem algum capital. A este respeito nos recitou um antigo moleiro de Monte do Trigo (Portel) uma quadra lapidar:

Deus te salve, saco:
 Primeiro vai a minha Maria,
 Tira a maquia,
 Depois vai a minha mulher,
 Tira o que quer,
 Depois vai lá a minha Inácia,
 É uma desgraça,
 E eu se não fosse pelas contas que tenho a dar,
 Nem um saco ao dono havia de mandar.

¹⁴ Os moleiros que exerciam a sua actividade perto da raia encontraram muitas vezes na travessia de contrabandistas e de cargas uma importante fonte de rendimento, não raramente a mais proveitosa. Em razão precisamente do contrabando, os moleiros nessas condições tinham que declarar o número de existências, animais e bens, que possuíam junto ao moinho.

Os moleiros, por seu lado, tendem a valorizar positivamente o seu ofício, quer em termos de rentabilidade quer de importância para a comunidade. Essa valoração é, no entanto, sensível às razões de ordem temporal e sincrónica anteriormente enunciadas. O primeiro leque de razões surge evidenciado no depoimento que se segue:

Em outros tempos os moleiros conquistavam sempre as melhores mulheres... [Porquê?] Porque tinham um ofício bom, ganhavam muito dinheiro. No tempo do meu avô e dessa gente assim... não havia moagens... a arte de moleiro era um ofício bom. Foi indo, foi indo, agora [por fim] já lhes chamavam oficiais de pé descalço. Isso tem as suas épocas (J.N., 68 anos, entrevistado em 1994 em Pedrógão – Vidigueira).

Os factores de natureza sincrónica reflectem-se na diferenciação entre os moleiros proprietários, arrendatários e assalariados, cabendo aos primeiros o topo de uma hierarquia baseada em rendimentos económicos:

[O moleiro] vivia bem... Mas há aí duas coisas que ainda não te explicaram. Havia o moleiro e o moleiro ao quarto, que era como o trabalhador à jorna. Quando era ao quarto, a fazenda tinha que ganhar; o moleiro [ao quarto] foi sempre pobre. [...] E havia aqueles rendeiros, como os meus tios, que já tinham uma vida um bocadinho mais larga (G.P., 71 anos, entrevistado em 2000 em Pedrógão).

Mas o ofício é geralmente encarado como uma fonte de rendimentos proveitosa, permitindo o sustento do moleiro e dos seus familiares, assim como a acumulação de riqueza, o que decerto se relaciona com o facto de os moinhos terem ganhos elevados e despesas diminutas, na medida em que utilizavam uma fonte de energia praticamente gratuita, a água, e requeriam exíguos e esporádicos custos de manutenção do edifício e do mecanismo. No que diz respeito a aspectos extra-económicos, os antigos moleiros tendem a valorizar o ofício, por lhes permitir muitas vezes trabalhar por conta própria e sobretudo ao ritmo pessoal, o que também sucedia quando laboravam por conta de outrem, devido à sua condição de especialistas:

Pelo menos andava à minha vontade, nunca patrão nenhum me mandou trabalhar. E quando ia trabalhar para os outros, era criado, eles eram patrões, mas eu é que mandava, que eu é que sabia. Lá dentro do moinho, eu é que punha e dispunha. Nunca andei debaixo dos pés de ninguém (A.S., 71 anos, entrevistado em 2000 em Brinches – Serpa).

As desvantagens do ofício, segundo os seus praticantes, residiam no facto de ser trabalhoso e duro, implicando uma dedicação muitas vezes per-

manente, quer na labuta do moinho quer na vigilância dos caudais de água.¹⁵

A vida nos moinhos era muito trabalhosa. [...] Naquele tempo, a vida de moleiro era chegar ao moinho, descalçar-se, andar para ali, vestir umas ceroulas, que precisava de umas ceroulas, e andava-se lá o dia inteiro trabalhando. À noite fazia-se uma cama ali no chão, com uma pele, com uma enxerga de palha e uma pele em cima, ali descansava. À meia-noite, ou coisa assim, começava a joeirar e a trabalhar, e ali estava até de manhã. Assim que se fizesse dia, começava a lavar trigo. Bem, era uma vida de sacrifício. [...] Tinha que se andar todo o dia carregando sacos de um lado para outro, uns mais pesados, outros mais leves, conforme (G.P., 71 anos, entrevistado em 2000 em Pedrógão).

Entre as desvantagens do ofício encontra-se também o facto de o seu desempenho envolver certos riscos, como a perda eventual de membros aquando da montagem e desmontagem das mós, o possível surgimento de lesões nos olhos e nas mãos nos momentos em que se procedia à *picadura* das ditas e a contracção de problemas reumáticos e hipotermias devido ao contacto quase permanente com a água. É precisamente a este último elemento que se faz referência na identificação dos episódios mais difíceis da vida de moleiro, como mostra a transcrição seguidamente apresentada:

Aconteceu muitas vezes no Inverno estarmos deitados lá em cima na casa – quando não precisava de moer de noite – e daí a pouco ouvir um colega que era da Amareleja assobiar, levantava-me, ia ver e já estava a água a correr na rua do moinho [da Caveira, no Ardila], estando o moinho cheio de sacos. Chamava a mulher, íamos lá abaixo e carregávamos os sacos às costas ali para cima de uma rocha, de noite, com um candeeirozinho a petróleo, muito pequenino; a gente não via nada. Uma vez deixei abalar uma mão cheia de farinha que estava no moinho por água abaixo; veio uma trovoadade repente e abalou. De vez em quando, entrava um cascalho pela adufa do moinho e travava-se a roda. Às vezes, a mulher estava cá em cima aquecendo vinho e eu vai de mergulhar lá abaixo [ao poço]. Vinha para cima com o corpo vermelho que nem um pimento, as partes nem as sentia, com o frio, deitava-lhe um copo de vinho quente pelas goelas abaixo e pronto. O moinho que me castigou mais foi o do Meirinho [no Guadiana], porque as paredes, quando

¹⁵ Quando o moinho laborava durante a noite, o moleiro dormia o designado *sono dos ratos*, de vigilância parcial, com uma enxerga de palha e umas mantas, erguendo-se ao soar do *chocalho* inserido na *moega*, para a atestar. A iluminação do moinho (e do *monte*) era feita com uma candeia de azeite, mais tarde de petróleo. Por regra, enquanto existissem condições propícias à laboração, os moinhos nunca encerravam, nem nos dias festivos, como o Natal, muitas vezes celebrados no local. Quando o moleiro tinha que se ausentar, caso não tivesse companheiros de trabalho ou outra qualquer pessoa que pudesse guardar o moinho, contratava alguém para essa tarefa, pois este nunca podia ficar abandonado. O tempo livre que tinha ocupava-o o moleiro a fazer e a *amanhar* aprestos de pesca, a pescar, a caçar, a tratar dos animais e das culturas agrícolas e, se era de Verão, a *amanhar* o açude e os caminhos do moinho.

a gente ia lá abaixo desencascalhar o moinho, deixavam passar muita água; aquilo parecia um chuveiro. Punha um chapéu velho na cabeça para a água não me fazer diferença. Penava-se muito. Eu sofri muito de reumático aqui há uns anos por causa disso (H.M., 69 anos, entrevistado em 2000 em Moura).

De uma forma pungente, como consta da parte final do enunciado acima apresentado, a água surge mencionada na etiologia de algumas doenças profissionais:

[O ofício] era trabalhoso e velhaco, porque muitas das vezes a gente tinha que andar metido dentro da água. De Verão era bom, melhor do que aquilo não podia ser, mas de Inverno era ruim. Muitas vezes, a gente, nas deitadas fora, a ribeira enchia... tinha que tirar tudo [de dentro do moinho]... descalço, despido e tudo para tirar de lá as coisas. Era uma arte sempre ruim. Já lhe disse que os moleiros morriam todos com catarrais, chamavam-lhe nesse tempo, que eram broncopneumonias, e dores, de andar metido naquelas águas frias (J.N., 68 anos, entrevistado em 1994 em Pedrógão).

Por outro lado, de acordo com os moleiros, havia ainda o risco de contrair múltiplas patologias pulmonares, devido à presença constante de poeiras no moinho:

Era uma vida de sacrifícios e de doenças. Os moleiros morriam novos. Estes agora já duram mais anos porque já acabou, não é como [no tempo] do meu avô e dos meus tios. O meu avô morreu com 48 anos, era moleiro; os meus tios morreram com 50 e poucos. Eu é que já tive outra vida, já pude viver mais anos. (Porque é que morriam?) Porque aquilo havia muito pó, o trigo era debulhado no chão e depois aquela poeirada... punham-se ali a joeirar e aquela poeirada vinha para os pulmões e dali entupia e era bronquites e aquelas coisas. Aquilo, os pulmões iam num instante. [...] Na minha família morreram todos muito novos por causa disso (G.P., 71 anos, entrevistado em 2000 em Pedrógão).

Os moleiros, os homens que trabalhavam nos moinhos, tal como outros artesãos, “formavam a categoria dos ‘oficiais’, que se dividiam em ‘mestres’ e ‘aprendizes’” (Borges 1986:155). A aprendizagem do ofício, por regra, tinha lugar no círculo familiar, iniciando-se durante a infância. Mas também havia pessoas sem antecedentes familiares no ofício, que se iniciavam com qualquer moleiro experiente, alguns ainda na adolescência, outros em idade adulta, não havendo idade mínima nem máxima para a aprendizagem e para o exercício da profissão. Como tendia a ocorrer noutros ofícios tradicionais, durante o período de aprendizagem, que não era temporalmente definido, o aprendiz não recebia qualquer remuneração, exceptuando quantias que o mestre lhe conferia voluntariamente e a designada *mastiga*, a alimentação: “Em aprendiz

(...) só se ganhava a *mastiga*. Quando vínhamos ao povo, quando se vinha passar um dia santo ou isso é que davam alguma coisa à gente” (M.G., 78 anos, entrevistado em 1994 em Moura).

A ascensão a mestre obtinha-se no momento em que o aprendiz dominava todas as vertentes do funcionamento do moinho e da moagem (incluindo os regimes do rio, as variedades de semente e os pressupostos inerentes à produção de farinha de qualidade), o que em circunstâncias normais ocorria entre os 16 e os 19 anos de idade. Refira-se que não havia nenhuma instância que normalizasse esse processo, orientado exclusivamente pela pessoa que transmitia os conhecimentos ao candidato, normalmente o pai, um irmão mais velho ou um tio. Na altura em que era considerado mestre, o moleiro ou se mantinha no mesmo moinho com outras funções ou se deslocava para um outro, a troco de uma jorna ou de uma percentagem. Mas era corrente manter-se a trabalhar com os seus familiares, tornando-se independente apenas quando se casava. O processo de aprendizagem é considerado pelos moleiros como relativamente fácil e célere, sobretudo por aqueles que sempre conviveram com o ofício, praticamente a partir da data em que nasceram, o que em muitos casos aconteceu justamente no moinho ou na casa que lhe correspondia.

Interessa dizer que o ofício detinha muitas vezes um carácter familiar. Embora tivesse um cunho eminentemente masculino, todos os membros da família do moleiro, incluindo a mulher e os filhos solteiros de ambos os sexos, participavam da labuta do moinho, particularmente a ensacar farinhas e a deitar trigo na *moega*. O papel da mulher é patente na transcrição que se segue:

Quando estava lá muita gente, de Verão, ela ajudava-me. (E ela sabia?) Sabia, sabia fazer tudo! Eu chegava a largar o moinho dias inteiros, ia a Beja, ia aqui e ia além e ela ficava de posse do moinho. Oh! Tenho um irmão que mora ali logo desse lado, esse também... a mulher dele é igual à minha, só o que faltava era carregarem sacos às costas (A.S, 71 anos, entrevistado em 2000 em Brinches).

A participação dos membros da família do moleiro nos labores do moinho era entretanto característica dos casos em que este trabalhava por conta própria, casos esses em que o grupo doméstico normalmente habitava numa casa junto ao moinho, sobretudo nas situações em que este se encontrava distante dos núcleos populacionais.¹⁶ Além de servirem de habitáculo para o moleiro e os seus familiares, essas casas serviam para resguardar os pertences do

¹⁶ Quase todos os moinhos, sobretudo os de *submersão*, dispunham de uma construção anexa, chamada *monte*. Quando tal não sucedia, como no caso dos Moinhos do Boi (Mourão) e dos Bispos (Alandroal), no Guadiana, o moleiro construía uma malhada para habitação própria e dos seus.

moinho durante as invernadas e para acomodar os fregueses, dispoño ainda de uma quadra para animais¹⁷.

Num outro nível de análise, importa observar que havia localidades que funcionavam como centros irradiadores de moleiros para as áreas circundantes, com destaque para São Marcos do Campo (Reguengos), Pedrógão (Vidigueira), Brinches (Serpa) e Moura.

Visto que a aprendizagem era normalmente transmitida de pais para filhos, significativo é o facto de a maioria dos moleiros contactados não terem ensinado aos seus filhos a arte que haviam aprendido com os seus ascendentes, nem terminado a sua vida activa no desempenho do ofício, devido essencialmente à perda de rentabilidade do mesmo, o que se acentuou a partir da década de 1960, altura em que se verificou uma transformação radical no modo de vida, na economia do país e na distribuição da sua população. As causas da desactivação destes moinhos são, no entanto, múltiplas e variadas. Entre elas inclui-se a redução substancial dos quantitativos de pão gastos nas casas de lavoura para alimentar o pessoal de trabalho, numericamente reduzido em virtude da mecanização da agricultura, que é também a principal responsável pela dispensa dos animais de trabalho e pela conseqüente diminuição do consumo de farinhas de rações. Decisivo, neste processo, foi também o desencadear das correntes migratórias da população rural em direcção aos centros mais industrializados de Portugal e do resto da Europa e a subsequente redução da freguesia dos moinhos, bem como a transformação dos hábitos alimentares das populações, na qual o pão perdeu o seu valor quase absoluto, a falta de homens aptos a desempenhar o ofício de moleiro, a melhoria das vias de comunicação e dos meios de transporte, a concorrência das fábricas de moagem, o incremento do fabrico e a generalização do consumo de pão comercial ou de padaria. Acresce que, em termos globais, foram justamente estes motivos que estiveram na origem da desactivação dos sistemas tradicionais de moagem em Portugal e noutros países europeus, de modo quase simultâneo (cf. Escalera Reyes e Villegas Santaella 1983:49).

¹⁷ Por regra, nas situações em que o moinho mantinha mais do que um moleiro, era ao rendeiro ou ao proprietário e correspondentes agregados familiares que cabia o direito de usufruto da casa, ocuoadada pelo moleiro responsável ou “cabeça” nas restantes circunstâncias.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício, e José Manuel FERNANDES, 1990, “Guadiana”, *Rios de Portugal*, Lisboa, Gradiva, 204-227.
- BLOCH, Marc, 1935, “Avènement et Conquêtes du Moulin à Eau”, *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, 36, 583-663.
- BORGES, Luís Figueira, 1986, *Monografia de Pias*, Pias (Serpa), edição de autor.
- BORGES, Nelson Correia, 1981a, “As Origens do Fabrico do Pão”, *História*, 26 e 27, 37-43.
- , 1981b, “Moinhos Hidráulicos”, *História*, 29, 66-82.
- CHILDE, Gordon, 1969, ¿Qué sucedió en la historia?, Buenos Aires, Pléyade.
- CUTILEIRO, José, 1977 [1971], *Ricos e Pobres no Alentejo: uma Sociedade Rural Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- DIAS, António, 1942, “Moinhos e Moleiros”, *Revista Altitude*, II (3), 98-101.
- DIAS, Jorge, s/d., “Moagem Tradicional”, Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.v. “moinhos”.
- , 1993 [1964], “Moinhos Portugueses”, *Estudos de Antropologia*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ESCALERA REYES, Javier, e Antonio VILLEGAS SANTAELLA, 1983, *Molinos y Panaderías Tradicionales*, Madrid, Editora Nacional.
- GALHANO, Fernando, 1978, *Moinhos e Azenhas de Portugal*, Lisboa, Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos e Secretaria de Estado da Cultura.
- GAMA BARROS, Henrique da, 1950, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, tomo IX, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa.
- GRAÇA AFFREIXO, J. Maria da, 1993 [1884], *Memória Histórico-Económica do Concelho de Serpa*, Serpa, Câmara Municipal de Serpa.
- GUITA, Rui, 1991, *Moinhos de Água no Concelho de Mértola*, Mértola, Associação de Defesa do Património de Mértola.
- HENRIQUES, Francisco da Fonseca, 1726, *Aquilégio Medicinal*. *Inquérito Industrial de 1881*, 1881, Imprensa Nacional, Lisboa.
- JESPERSEN, Anders, 1953, *Gearing in Watermills*, Dinamarca, Virum.
- LIMA, Augusto César Pires de, 1948, “As Artes e Ofícios nas Tradições Populares”, *Portucale*, III.
- MACHADO, Francisco Valente, 1980, *Monografia de Vila Verde de Ficalho*, Vila Verde de Ficalho, Biblioteca-Museu de Vila Verde de Ficalho.
- MATTOS, Mello de, 1899, “As Azenhas do Rio Ardila”, *Portugália*, I, 849-850.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, Fernando GALHANO, Benjamim PEREIRA, 1983, *Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- O’NEILL, Brian Juan, 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Lisboa, Dom Quixote.
- PICÃO, José da Silva, 1983, *Através dos Campos: Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos (Concelho de Elvas)*, Lisboa, Dom Quixote.
- RIBEIRO, Orlando, 1945, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora.
- SAMPAIO, Alberto, 1923, *As Villas do Norte de Portugal*, Porto, Lello & Irmão.
- SILVA, Luís, 1999, “Identidade Nacional: Práticas e Representações num Contexto de Fronteira”, Tese de mestrado em antropologia, património e identidades, Lisboa, ISCTE, policopiado.
- TORRADO GONZÁLEZ, José António, 1999, *Chelles: Villa Fronteriza*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz.
- VASCONCELOS, J. Leite de, 1980-1985, *Etnografia Portuguesa*, 9 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- VITERBO, Sousa, 1896, “Arqueologia Industrial Portuguesa: os Moinhos”, *O Arqueólogo Português*, II, 849-850.

Luís Silva

MILLS AND MILLERS IN THE EASTERN
ALENTEJO: AN ETHNOGRAPHIC
PERSPECTIVE

This article describes the mills and millers of the River Guadiana (South of the mouth of the Caia) and its tributaries and sub-tributaries, underlining the importance of cereal cultivation in the economy of the Alentejo, providing historical and typological information about hydraulic systems of cereal milling, identifying their owners and mode of working, their clients, their use of time, the work of the miller, the social uses of flours, the system of complementarity resulting from the lack or excess of water and the profession of miller.

Bolsheiro da FCT e investigador do CEAS
luisilva@netc.pt